

## A UNIVERSIDADE E AS ESQUERDAS <sup>1</sup>

**Naomar de Almeida Filho, Reitor da UFBA**

O panorama atual da política brasileira revela sérios impasses e contradições da esquerda no poder. Em tese, todos os que se consideram representantes do pensamento de esquerda defendem uma transformação profunda na sociedade brasileira buscando torná-la mais justa e equânime, pela via democrática. À primeira vista, somente quanto ao método para se alcançar a tão desejada mudança haveria discordâncias radicais, expressas em um confronto entre “realistas” e “principistas”.

Permitam-me chamar de “principismo” à posição que, acima de tudo, toma os *princípios* ou dogmas do socialismo como fundamento exclusivo de todos os processos políticos. A transformação da sociedade, nesta concepção, faria sentido pleno somente se resultasse da ação popular revolucionária (convergindo para a luta armada, nas versões mais “clássicas”), excluindo, isolando ou destruindo os chamados grupos sociais dominantes.

Por seu turno, realistas argumentam que, além de uma sociedade a transformar, a esquerda tem sob sua responsabilidade um país a governar. Ademais, mudanças viáveis e sustentadas terão que ser realizadas necessariamente pela via parlamentar, mediante processos de negociação, dentro das mesmas regras e instituições democráticas que levaram-na ao poder em diferentes níveis de governo e que garantem o seu exercício legítimo.

Realistas se apresentam como alternativa viável para a transformação social, enquanto principistas se auto-consideram como reserva ética do socialismo, defensores de um purismo político idealizado. Na paixão do debate, realistas são chamados de traidores da causa popular, enquanto principistas chegam a ser acusados de irresponsáveis políticos. Criticar a esquerda realista por ser pragmática e a esquerda principista por ser utópica não faz justiça nem ao projeto político de longo alcance da primeira nem ao intenso grau de pragmatismo instrumental da segunda.

Uma abordagem simplista da questão remeteria às raízes arcaicas do confronto entre socialismo e revisionismo, esquerda revolucionária e esquerda democrática, stalinismo e gramscismo. Não obstante, proponho que, mesmo valorizando a remissão histórica, muito podemos aprender com a análise crítica de contextos atuais particulares.

Como será que ocorre, no contexto da Universidade Federal da Bahia, o conflito entre realismo e principismo?

Por um lado, referências e críticas aos governos, reiteradas no âmbito do Conselho Universitário e em outros foros deliberativos da UFBA, demonstram que alguns representantes de docentes, servidores e alunos defendem uma clara postura principista. Por outro lado, iniciativas da administração central, apoiadas por lideranças acadêmicas

---

<sup>1</sup> - Texto inédito, concluído em 21 de abril de 2003. Revisado em janeiro de 2006, à luz da crise ética do PT no poder.

majoritárias e grupos organizados e representativos da comunidade universitária revelam certo grau de adesão à postura realista e pragmática da esquerda no poder.

Entretanto, no que pese sua importância como tema de pesquisa sociológica ou sua utilidade para mapear grupos políticos que atuam na instituição, constatar o reflexo da questão política nacional na academia interessa-nos menos do que o movimento oposto. Avaliar a contradição realismo versus principismo, tal como se manifesta no debate interno à própria instituição universitária, pode gerar subsídios para uma melhor compreensão deste embate ideológico no plano político mais amplo.

Vejam alguns elementos de disjunção que, no microcosmo da universidade, ressaltam as diferenças centrais de enfoque e de prática entre realismo e principismo.

Em primeiro lugar, principistas pelejam por transformação radical e abrupta da instituição. Enquanto esperam alguma forma de revolução social, preferem retrocessos ou inércia frente a reformas graduais de qualquer natureza. A tática trivialmente usada neste sentido consiste em sempre pedir mais discussão sobre todos os assuntos, de preferência retornando às bases e repassando o debate obsessivamente em todas as instâncias e níveis da organização.

Isto tem ocorrido recentemente nos conselhos superiores da UFBA, submetidos a repetidas séries de exaustivas reuniões extraordinárias para deliberar sobre assuntos diversos, desde problemas jurídicos como apuração de denúncias de irregularidades, até questões administrativas como aplicações de emendas orçamentárias ou propostas de mudanças estruturais na administração central. Alegando promover a democracia, principistas rejeitam qualquer proposta de otimização do tempo de dirigentes e representantes, quase todos funcionários públicos com salários pagos pelo erário federal. Assim, longos e redundantes discursos produzem eficientes, porém enervantes obstruções e transformam cada reunião em demorados comícios.

Não posso conter certa ironia. Até parece que as democracias modernas foram inspiradas pelo exemplo de Georges Jacques Danton, eminente figura histórica que perdeu a voz e a cabeça, ao discursar por vários dias perante a Assembléia Geral durante a revolução burguesa da França em 1789.

Em segundo lugar, e em conseqüência do anterior, principistas acreditam que a transformação institucional deve acontecer pela exclusão e mesmo erradicação daqueles que, acreditam eles, representam pensamento reacionário e práticas conservadoras. Neste cálculo, a questão de quem tem as prerrogativas de definir o que é conservadorismo e de apontar conservadores dispensaria discussão, posto que qualquer vanguarda revolucionária com facilidade se apresenta como encarregada deste importante detalhe.

Ao propor abertura de diálogo com os grupos de pensamento, interesse e ação que fazem a diversidade da universidade, realistas defendem que a mudança da instituição somente será viável se realizada com a inclusão de todos os atores, mediante ampla e respeitosa negociação. A reforma do arcabouço normativo da universidade, cada vez mais necessária, constitui excelente oportunidade para observar este elemento do confronto entre esquerda principista e esquerda realista no âmbito institucional.

Em terceiro lugar, podemos abordar a questão do purismo político dos principistas. Sem propor qualquer extrapolação para o cenário nacional, e apenas com base na situação particular da nossa universidade, ousar propor que se trata de um mito. As crises recentes da UFBA demonstram que a esquerda principista (pelo menos na esfera local) é capaz de alianças surpreendentes e assustadoras.

Tomemos episódios recentes como exemplo. Por um lado, “novos turcos” da esquerda, particularmente lideranças estudantis mais jovens e em franco processo de aprendizado político, alinham-se a representantes de empresas prestadoras de serviços, claramente voltados para a defesa de seus interesses privados. Por outro lado, observo uma parceria orgânica entre atores reacionários e “militantes atrasados”.

Chamo de “militantes atrasados” (ou pós-omissos) aqueles e aquelas que “se descobriram” para a causa socialista um pouco tardiamente na vida. Não posso deixar de considerar que, após certa data histórica, tornou-se fácil, seguro e até *charmant* assumir posições de contestação radical, situação bastante diferente de quando esses e essas se omitiam nos anos difíceis de resistência e luta contra a repressão da ditadura militar. Não é difícil compreender vieses e equívocos em militantes jovens e inexperientes; porém a truculência de reacionários e a pusilanimidade de omissos históricos é impossível de ser confundida com entusiasmo e idealismo apaixonado.

Enfim, além do surgimento de novos perfis de militância, a questão ética das alianças e dos procedimentos políticos (que infelizmente dominou a cena brasileira em 2005) parece indicar que, não importa o nível de atuação (institucional, local ou nacional), principistas não necessariamente têm princípios e realistas podem ultrapassar limites e perder o senso de realidade.

Por último, e certamente mais importante, o embate realistas versus principistas remete ao tema fundamental do sentido da democracia na esfera institucional. Afinal, o que deve prevalecer na definição do caráter democrático de políticas, programas e ações em uma organização pública: Eventos ou processos? Democratismo ou democracia? Em outras palavras, qual deve ser o balanço entre processos democráticos eventuais (eleições, *referenda*, assembleias etc.) *vis a vis* estruturas democráticas permanentes (representações, parlamentos, conselhos etc.)? Justifica-se privilegiar episódios em detrimento de processos e estruturas?

Na UFBA, em diversas oportunidades recentes, diretamente através de forças políticas auto-representadas e indiretamente por meio de representação sindical, principistas têm contestado a autoridade institucional, democraticamente escolhida pela comunidade universitária. Além disso, têm desafiado a legitimidade de instâncias colegiadas da instituição, não obstante o grau de legitimidade e representatividade da sua composição e a inegável democratização dos seus processos deliberativos.

Tal constatação revela um paradoxo e desabafa uma série de questões incômodas. Será o principismo realmente democrático? Será que a excessiva insistência dos principistas em usar o princípio da democracia para denunciar e desafiar estruturas e processos democráticos de gestão não esconderia justamente o oposto?

Um paradoxo a considerar: Para os principistas, a democracia pode não se constituir em princípio fundamental e sim, efetivamente, serve mais como bandeira instrumental dessa versão do socialismo. Mais uma vez, aplica-se a crítica weberiana clássica de que os fins não justificam os meios. Em suma, no que se refere a valores democráticos, o principismo talvez sequer mereça seu próprio nome.

No contexto local, a natureza totalitária do principismo se desnuda com mais facilidade. De fato, a constatação mais importante, e provavelmente mais generalizável, desta análise de uma atuação local de principistas é o seu caráter pseudo-democrático. Será que se trata de sintoma localizado de uma expressão política geral, a custo reprimida no discurso e na prática atual desse movimento político?

Esta linha de argumentação sustenta que importantes elementos de compreensão da conjuntura política nacional podem ser encontrados na análise de contextos particulares.

Busquei ilustrar esta abordagem com o caso da nossa universidade, onde o embate realismo versus principismo tem deixado marcas profundas. O revolucionarismo paralisante e restritivo, com a exclusão de amplos setores dos processos de mudança social, claramente identificado na expressão local do principismo, parece ser compartilhado pelas versões desse movimento no cenário nacional.

O mito do purismo político do principismo pode ser exposto pela identificação de alianças entre neo-militantes e reacionários históricos, entre interesses privados e novos turcos da esquerda, no que se refere aos conflitos geradores de crises no ambiente universitário. Entretanto, o problema ético levantado por esta observação parece limitado a este contexto particular, posto que não há elementos lógicos nem históricos que justifiquem alianças dessa natureza no plano político nacional.

Se considerarmos válidos tais argumentos, a hipótese de convergência de objetivos entre realismo e principismo, que se distinguiriam tão somente em relação aos meios para se construir a sociedade socialista, precisa ser reavaliada. E, se assim for, o principismo precisa se repensar, com a mesma dureza crítica que tem dedicado aos outros setores da esquerda, a fim de merecer ser considerado parte das forças políticas comprometidas com um projeto democrático, amplo e inclusivo de reconstrução do país.